



MIGUEL GOMES MARTINS

# GUERREIROS MEDIEVAIS PORTUGUESES

De Geraldo, *O Sem-Pavor*, ao Conde de Avranches

Treze biografias de grandes senhores da guerra  
(séculos XII-XV)

a esfera  dos livros

## ÍNDICE

Abreviaturas .....	9
Prefácio .....	13
Introdução: O treino e a formação dos comandantes militares na Idade Média ..	19
1 – Geraldo, <i>O Sem-Pavor</i> .....	31
2 – Gualdim Pais .....	51
3 – D. Fernando, senhor de Serpa .....	67
4 – Martim Gil de Soverosa .....	81
5 – D. Paio Peres Correia .....	97
6 – Afonso Peres Farinha .....	129
7 – Infante D. Afonso, senhor de Portalegre .....	149
8 – Álvaro Gonçalves Pereira .....	173
9 – Estêvão Vasques Filipe .....	199
10 – Nuno Álvares Pereira .....	217
11 – Gonçalo Vasques Coutinho .....	265
12 – Antão Vasques .....	293
13 – Álvaro Vaz de Almada .....	319
Anexos .....	355
Notas .....	365
Bibliografia .....	397

## INTRODUÇÃO

### O treino e a formação dos comandantes militares na Idade Média

Na Idade Média, a formação militar dos combatentes, e em particular a dos comandantes, fazia-se numa base eminentemente prática e quase que exclusivamente no terreno, isto é, em acção nos teatros de operações. Assim, o bom combatente era o guerreiro rotinado, experiente e habituado aos enfrentamentos armados. Porém, como sublinha Philippe Richardot, se a guerra constante contribuía para formar, pela experiência, bons líderes, a paz prolongada trazia a inexperiência e a perda de hábitos e rotinas de combate, pelo que havia que encontrar alternativas para formar e exercitar os guerreiros, designadamente os comandantes<sup>1</sup>.

Desde a Antiguidade que o treino militar colectivo – veja-se apenas os exemplos das falanges espartanas ou das legiões romanas<sup>2</sup> – era reconhecido como tendo um papel preponderante na formação dos guerreiros e na consolidação de um verdadeiro espírito de corpo, pois só assim esses homens estariam em condições de encarar o combate bem exercitados no uso das suas armas e, por isso, técnica e psicologicamente em vantagem sobre um inimigo menos bem preparado<sup>3</sup>. Mas esse tipo de treino conjunto só era possível de levar a cabo com exércitos permanentes e não com efectivos recrutados *ad hoc* e por períodos de tempo limitados, como era o caso dos exércitos medievais. Só mesmo algumas forças das ordens militares parecem ter tido condições para se exercitar

colectivamente, por exemplo, na preparação das cargas de cavalaria que, como sublinhou John France, eram manobras extremamente difíceis de executar<sup>4</sup>.

Assim, face à impossibilidade de desenvolver um programa de exercícios colectivos, na Idade Média o ensinamento e o treino dos combatentes fazia-se de modo individualizado, aliás, como era proposto em algumas obras de cunho didáctico<sup>5</sup>.

As *Siete Partidas* – compilação jurídica preparada entre 1256 e 1265 durante o reinado de Afonso X de Leão e Castela e por sua própria iniciativa –, por exemplo, aconselhavam vivamente os reis a educarem os príncipes, futuros comandantes militares, de forma que «*saibam cavalgar e caçar e jogar toda a maneira de jogos, e usar toda a maneira de armas*»<sup>6</sup>, uma ideia muito semelhante à que, anos mais tarde, entre 1327 e 1332, seria veiculada no *Libro de los Estados*, do infante castelhano D. Juan Manuel<sup>7</sup>. Também o aragonês Raimundo Lulo, no *Livro da Ordem da Cavalaria* – redigido provavelmente em 1275 – apresentava uma proposta em tudo semelhante, enumerando os exercícios mais importantes no processo de adestramento dos cavaleiros: «*andar a cavalo, justar, lançar o tavolo, andar com armas, participar em torneios, fazer távolas redondas, esgrimir, caçar veados, ursos, javalis, leões e as outras coisas semelhantes a estas que são ofício de cavaleiro; porque por todas essas coisas se acostumam os cavaleiros a feitos de armas e a manter a ordem da cavalaria*»<sup>8</sup>.

Com efeito, muitos destes exercícios constituíam uma prática que os combatentes nobres – em particular os futuros comandantes militares –, desde tenra idade, eram habituados a levar a cabo, por vezes sob a orientação paternal, mas também de acordo com as instruções de um amo – geralmente um guerreiro mais experimentado –, a quem eram entregues para que se encarregasse da sua educação e formação marcial<sup>9</sup>.

Cavalgar era a primeira actividade proposta para a instrução do guerreiro e uma das que mais cedo devia ser aprendida, o que se compreende perfeitamente em virtude das características dos exércitos medievais, profundamente assentes na importância táctica da cavalaria. E como afirmava um provérbio bastante conhecido em meados do século IX: «um cavaleiro pode ser feito na juventude, mas raramente ou nunca na idade adulta»<sup>10</sup>. Saber montar era, portanto, uma componente

fundamental da preparação do jovem combatente, já que grande parte da sua vida seria passada na sela<sup>11</sup>. Daí a importância dada por D. Duarte a esta actividade, ao ponto de ter sido *O Eloquentes* a escrever o primeiro tratado de equitação do Ocidente Medieval, o *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar toda a Sela*<sup>12</sup>.

Seguidamente vinha o manejo das armas, tal como era preconizado, por exemplo, nas *Siete Partidas*<sup>13</sup>. O aprendiz passaria, assim, boa parte do seu tempo a treinar-se no manejo da espada, com aulas de esgrima – durante as quais aprenderia também a utilizar adequadamente o escudo. Para além disso, era também adestrado no uso da lança, dedicando-se, por exemplo, ao jogo da «quintana», uma actividade, praticada a cavalo, que consistia em atingir com a ponta da lança, em plena velocidade – com a lança «deitada», como numa carga de cavalaria –, o escudo preso no braço transversal de um manequim fixo a um poste e em esquivar-se do golpe desferido pelo outro braço do manequim<sup>14</sup>. Para além da «quintana», era também comum os cavaleiros exercitarem a sua perícia e agilidade tentando, a galope no dorso do cavalo, enfiar a ponta da lança num pequeno anel suspenso por um fio<sup>15</sup>.

Nesse sentido, por associar esses dois tipos de exercícios – cavalgar e brandir armas –, não admira que todos reconhecessem ser a caça e em particular a montaria que mais utilidade tinha para o apuramento das capacidades guerreiras, sendo mesmo considerada como um autêntico exercício de preparação para a guerra<sup>16</sup>, ou seja, «uma actividade propedêutica da guerra», como lhe chama Carlos Guilherme Riley<sup>17</sup>. É o próprio D. João I, autor de um tratado de montaria – o *Livro de Montaria* –, a afirmar que este era «o mais proveitoso dos jogos»<sup>18</sup>.

Caçavam-se ursos, javalis, lobos, gamos, cervos e onagros<sup>19</sup>, animais de médio e de grande porte que o cavaleiro perseguia a cavalo e contra os quais arremetia devidamente equipado e armado de lança, como se de um combate se tratasse<sup>20</sup>, conforme se observa, por exemplo, na cena de caça representada no túmulo de Fernão Sanches, actualmente no Museu Arqueológico do Carmo. Na montaria o combatente podia ainda, em último caso, ser obrigado a lutar corpo-a-corpo com o animal, o que, como se compreende, acarretava também alguns riscos.

Mas era a participação regular em actividades paramilitares como os torneios e as justas que permitia aos cavaleiros, designadamente aos

nobres, apurar – num ambiente semelhante ao da guerra, mas em que os riscos de serem feridos ou de perderem a vida eram consideravelmente mais reduzidos – as suas capacidades marciais. Para além disso e de uma inegável componente lúdica, estes «desportos» tinham também a vantagem de permitir aos combatentes a partilha de ideias, experiências e valores e a obtenção, caso fossem bem-sucedidos, de importantes benefícios materiais, o que, sem dúvida, ajuda também a explicar o seu sucesso e expansão por praticamente todo o Ocidente Medieval.

Surgidos nos finais do século XI e popularizados a partir do século XII, os torneios eram combates disputados a cavalo entre duas equipas, primeiro com a lança e depois, quebrada esta, com o recurso à espada ou a outras armas próprias para a luta corpo-a-corpo, nomeadamente a maça, a acha, ou o cacete, embora haja também referências – se bem que esporádicas – à utilização de arcos e de bestas. O combate decorria num terreno bastante amplo e com algumas irregularidades – elevações, zonas arborizadas, cursos de água, etc. – e delimitado por liças ou barreiras tipo sebes, que constituíam áreas neutras onde os combatentes encontravam refúgio para descansar e deixar os seus prisioneiros e que, como tal, deveriam ser rigorosamente respeitadas pelos oponentes. O objectivo destas «batalhas simuladas» consistia, pois, como já se percebeu, em derrubar e aprisionar os cavaleiros da equipa adversária<sup>21</sup>. Através deste jogo, aprendia-se e exercitava-se tudo aquilo que era essencial na guerra: a disciplina, a manobra, a carga ordenada da cavalaria com lança e espada, etc.<sup>22</sup>. Eram, assim, particularmente importantes não só para o treino dos combatentes, mas também para a formação dos mais jovens que podiam, desta forma, entrar em contacto com a dura realidade da guerra, isto é, «sentir os seus dentes a quebrar, ver o seu próprio sangue a ser derramado, sofrer golpes e quedas do cavalo»<sup>23</sup>, pois apesar de serem disputados, de um modo geral, com armas embotadas e de o objectivo final ser aprisionar e não matar, os percalços aconteciam e não seriam tão raros quanto isso. De facto, os acidentes mortais, no decorrer de um torneio ou de uma justa, deviam ser relativamente numerosos, tais como os efeitos nefastos das quedas mais aparatosas, como quando o guerreiro caía do alto da montada sobre as suas armas de ferro<sup>24</sup>. Como sintetiza João Gouveia Monteiro, estes desportos «não eram para medricas»<sup>25</sup>.

Apesar de ser em França e na Inglaterra que os torneios tinham uma maior popularidade, nem por isso eram desconhecidos na Península Ibérica.

## GERALDO, O *SEM-PAVOR*

### Perseguindo sombras

Não é fácil traçar, mesmo que de forma muito sumária, o percurso biográfico do célebre Geraldo Geraldês, *O Sem-Pavor*. Apesar de se encontrar referido em diversas fontes narrativas coevas, tanto cristãs quanto muçulmanas, as informações disponíveis acerca desta personagem são extremamente lacónicas, por vezes confusas e frequentemente omissas relativamente a muitos aspectos da sua vida, o que certamente contribuiu, por um lado, para alimentar a sua faceta lendária, mas, ao mesmo tempo, para o rodear de uma quase impenetrável aura de dúvida e de controvérsia. Reconstituir a sua biografia é, por isso, um exercício que constantemente resvala para o plano das conjecturas e das hipóteses. E as primeiras dificuldades surgem-nos assim que procuramos conhecer as suas origens e os primeiros anos de vida, questões relativamente às quais as crónicas são totalmente silenciosas.

Se bem que muitas outras teorias tenham já sido equacionadas<sup>1</sup>, talvez a hipótese mais verosímil seja a que defende Armando de Sousa Pereira – autor do mais recente e um dos mais empolgantes estudos sobre esta figura –, segundo a qual Geraldo terá nascido em meados do século XII, talvez entre as décadas de 1130-1140 – isto é, numa altura em que governava já Afonso Henriques –, em território do ainda jovem reino português. Esta é uma hipótese assente no facto de algumas fontes muçulmanas o apelidarem – aliás, tal como o fazem relativamente a Afonso Henriques – de *galego*, uma designação que não remete necessa-

riamente para o território da Galiza, mas sim, de uma forma vaga e imprecisa, para os vastos territórios situados a norte do Tejo. Era dessas regiões que partiam as grandes expedições depredatórias lançadas pelos portugueses contra o Sul muçulmano e, simultaneamente, era para aí que confluíam os exércitos do Islão durante o mesmo tipo de acções ofensivas, tão características da guerra na Idade Média e, em particular, do período da Reconquista.

Estas manobras de desgaste destinadas a privar o inimigo dos seus recursos materiais eram praticadas por ambos os lados em conflito e tanto perseguiram objectivos militares, como económicos. Com efeito, existia uma verdadeira economia de guerra assente no saque, na pilhagem e, acima de tudo, na obtenção de cativos, sem dúvida uma das suas principais fontes de rendimento. Vendê-los como escravos, aproveitar a sua mão-de-obra ou negociar a sua libertação mediante o pagamento de um resgate ou através de uma troca de prisioneiros era seguramente mais rentável que, pura e simplesmente, matá-los. É precisamente neste quadro de constantes razias e acções de pilhagem que, ainda segundo aquele autor, talvez encontremos o motivo da passagem de Geraldo do Norte cristão para o Sul muçulmano. Não é, pois, difícil imaginá-lo feito cativo, talvez ainda em criança – como era comum –, durante uma das incursões como a que, em 1144, levou as hostes almorávidas quase até às portas de Coimbra, ou a que, onze anos depois, conduziu as forças almóadas desde Sevilha até junto do castelo beirão de Trancoso.

Mais tarde, já com um razoável conhecimento da língua árabe e não tendo nunca sido resgatado, terá possivelmente ingressado, na condição de escravo, nas fileiras do exército de algum comandante militar, uma experiência que lhe terá valido a aprendizagem de muitos dos seus conhecimentos guerreiros, mas também das tácticas dos exércitos muçulmanos e das suas principais características, dos seus pontos fortes e principais fraquezas, uma hipótese que nos parece fazer ainda mais sentido se observada à luz das inúmeras vezes que as crónicas muçulmanas o apelidam de «traidor».

As interrogações avolumam-se quando tentamos perceber os contornos dessa alegada «traição», isto é, da sua desvinculação a esta realidade. Terá Geraldo logrado escapar dos seus captores, ou porventura conseguido obter a liberdade graças a uma conversão – real ou fictícia – ao Islão? Ou teria sido resgatado no âmbito de uma operação militar em

tudo semelhante àquela que, anos antes, o terá conduzido ao cativo? Não o sabemos e muito menos conhecemos a cronologia ou os palcos de todos estes episódios<sup>2</sup>. Ou seja, até ao ano de 1162 todo o percurso daquele que viria a ser conhecido como *O Sem-Pavor* não passa de mera conjectura. Verosímil, mas ainda assim uma sucessão de hipóteses praticamente impossíveis de comprovar. Porém, a partir daquela data, embora sem grande nitidez, começam a surgir algumas pistas, as primeiras das quais são as que dão conta, nesse mesmo ano, da conquista de Beja.

### O assalto a Beja

Baptizada *Pax Julia* pelos romanos, a cidade parece ter tombado, segundo as fontes cristãs e muçulmanas, na noite de 30 de Novembro para 1 de Dezembro de 1162, na sequência de uma expedição levada a cabo por forças oriundas de Coimbra. Composta na sua maioria por cavaleiros-vilãos – ou seja, não-nobres – e comandada por Fernão Gonçalves, contou ainda com o importante contributo de contingentes mobilizados e/ou reunidos em Santarém, localidade onde a coluna de marcha terá feito uma pausa mais demorada antes de cruzar o Tejo – que então constituía a fronteira – e de avançar pelas planícies alentejanas<sup>3</sup>.

Ao abrigo da escuridão nocturna, os combatentes portugueses terão, pois, penetrado furtivamente no sistema defensivo da urbe, surpreendendo a guarnição local, que mal terá tido tempo para esboçar uma reacção. Em poucas horas a velha cidade convertia-se na mais meridional das praças-fortes dominadas por Afonso Henriques, o «pérfido galego, senhor de Coimbra, o maldito de Deus», como lhe chama o cronista Ibn Sahib al-Sala, que relata este episódio<sup>4</sup>. Porém, nos objectivos do rei, que certamente terá participado no planeamento da expedição, não estaria a submissão definitiva de um local tão afastado da fronteira. Dominá-lo sim, mas apenas de forma temporária, ou seja, enquanto pudesse ser usado como base de operações para as razias lançadas contra o território circundante.

Com efeito, durante cerca de quatro meses, ou seja, ao longo do Inverno e das primeiras semanas da Primavera seguinte, os conquistadores permaneceram no local, utilizando-o como centro operacional para

a devastação sistemática de toda a região. Porém, isolada e demasiado afastada das principais fortalezas dominadas pelos portugueses, seria apenas uma questão de tempo até que Beja voltasse a ser controlada pelos muçulmanos. Assim, logo que as condições meteorológicas o permitiram e sem que isso constituísse uma qualquer surpresa para os que haviam participado na expedição, a cidade é reduzida a ruínas e abandonada.

É precisamente em alguns dos textos que relatam a conquista de Beja que parecem surgir, ainda que apenas nas entrelinhas, as primeiras referências a Geraldo Geraldes. De facto, a descrição que o cronista Ibn Sahib al-Sala faz das táticas usadas pelo *O Sem-Pavor* para conquistar boa parte das fortalezas que, mais tarde, conseguiu dominar antecede – quase que em jeito de introdução para o que se segue – a notícia relativa à tomada de Beja. É precisamente esta sequência narrativa que tem levado a maior parte dos estudiosos a aventar, ainda que com algumas reservas, a possibilidade de Geraldo ter participado nessa operação, conduzida, tudo o indica, de acordo com aquele que viria a tornar-se o seu *modus operandi*, o que parece reforçar ainda mais essa hipótese. Diz-nos aquele cronista que «o pensamento constante de Geraldo era tomar por surpresa as cidades e os castelos só com a sua gente: ele tinha os muçulmanos da fronteira sob o terror das suas armas. Procedia assim: avançava sem ser apercebido na noite chuvosa, escura, tenebrosa e, insensível ao vento e à neve, ia contra as cidades inimigas. Para isso levava escadas de madeira de grande comprimento, de modo que com elas subisse acima das muralhas da cidade que procurava surpreender; e quando a vigia muçulmana dormia, encostava as escadas à muralha e era o primeiro a subir ao castelo e, empolgando o vigia, dizia-lhe: “Grita como tens por costume de noite, que não há novidade.” E então os seus homens de armas subiam acima dos muros da cidade, davam na sua língua um grito imenso e, execrando, penetravam na cidade, matavam quantos moradores encontravam, despojavam-nos, e levavam todos os cativos e presas que estavam nela.»<sup>5</sup> Rápido, eficaz e sem que para isso fosse necessária a mobilização de grandes meios humanos ou logísticos.

Claro está que este método não era um exclusivo de Geraldo, tendo sido já posto em prática noutras ocasiões, como, por exemplo, em 1147, contra Santarém<sup>6</sup>. Nesse sentido, a circunstância de ter sido usado na